

Apêndice: Legislação Consultada
Restauração Florestal na
Amazônia: qual o papel das
políticas públicas estaduais?



Apêndice: Legislação Consultada

Federal

Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Institui o novo Código Florestal. bit.ly/42LFHLP.

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. bit.ly/3Sr83qW.

Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989 - Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986. bit.ly/3RjxYQ4.

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. bit.ly/3EVFQEW.

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. bit.ly/4iG1ZWg.

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. bit.ly/3DUIn2P.

Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências. bit.ly/4k9X3cP.

Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. bit.ly/4ixk2y9.

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. bit.ly/44pWQdk.

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. bit.ly/3FP8kNZ.

Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021 - Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. bit.ly/4bGQg7n.

Lei nº 14.590, de 24 de maio de 2023 - Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. bit.ly/4kF666A.

Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 - Aprova o código florestal que com este baixa. bit.ly/4ihgik5.

Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006 – Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4o, inciso III, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2o da Lei no 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências. bit.ly/47N5vb6.

Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012 - Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. bit.ly/4c3Yc2l.

Decreto nº 11.548, de 5 de junho de 2023 - Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+. bit.ly/4crDxWx.

Decreto nº 12.046, de 5 de junho de 2024 - Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências. bit.ly/4kFIheO.

Portaria nº 370, de 2 de dezembro de 2015 - Estabelece a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil-ENREDD+. bit.ly/45o39lo.

Resolução SFB nº 22, de 1º de setembro de 2023 - Aprova minuta do Termo de Compromisso de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), para fins do disposto no art. 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. bit.ly/3E18hRd.

Medida Provisória no 1.511, de 25 de julho de 1996 - Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. bit.ly/4hEdlDr.

Estadual

Políticas Estaduais

-  Guarda-Chuva
-  Conservação
-  Compensação Ambiental
-  Recuperação da Vegetação Nativa
-  Restauração Produtiva
-  Incentivo à Restauração
-  Financiamento
-  Apoio à Cadeia da Restauração

Nota: Políticas estaduais classificadas conforme categorias apresentadas no relatório. Uma mesma política pode se enquadrar em mais de uma categorização.

Acre

Constituição do Estado do Acre, de 3 de outubro de 1989. bit.ly/3XdIsov. 

Lei nº 1.117, de 26 de janeiro de 1994 - Dispõe sobre a política ambiental do Estado do Acre. bit.ly/3EWrAvn.  

Lei nº 1.426, de 27 de dezembro de 2001 - Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providência. bit.ly/3RMs4X. 

Lei nº 1.500, de 15 de julho de 2023 - Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Acre, dispõe sobre infrações e penalidades aplicáveis e dá outras providências. bit.ly/4jsx3Jc.  

Lei nº 1.693, de 21 de dezembro de 2005 - Cria o Programa de Polos Agroflorestais e Quintais Agroflorestais – PQA e autoriza o Poder Executivo a outorgar, sob condição resolutive, concessão de direito real de uso de terras rurais localizadas nos polos agroflorestais, para implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre. bit.ly/4kdcWzV. 

Lei nº 1.904, de 5 de junho de 2007 - Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE. bit.ly/4diquXH. ©

Lei nº 2.024, de 20 de outubro de 2008 - Cria o Programa Estadual de Incentivo à Produção Florestal e Agroflorestal Familiar. bit.ly/4kOBLi4. RP

Lei nº 2.308, de 22 de outubro de 2010 - Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências. bit.ly/3EYMfij. ☂ ⓘ

Lei nº 2.693, de 17 de janeiro de 2013 - Altera as Leis ns. 1.904, de 5 de junho de 2007, que “Institui o Zoneamento Ecológico – Econômico do Estado do Acre – ZEE”; e 2.025, de 20 de outubro de 2008, que “Cria o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre”, e dá outras providências. bit.ly/4konrQd. ©

Lei nº 3.349, de 18 de dezembro de 2017 - Institui o Programa de Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais no âmbito do Estado do Acre - PRA-Acre. bit.ly/4km4v4q. ©

Lei nº 3.730, de 20 de abril de 2021 – Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado do Acre e dá outras providências. bit.ly/4c58MX4. ACR

Lei nº 3.883, de 17 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP. bit.ly/3YP2RQD. ©

Lei nº 4.395, de 19 de agosto de 2024, alterada pela Lei nº 4.395, de 19 de agosto de 2024 - Dispõe sobre a compensação ambiental e a reposição florestal no Estado, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e altera a Lei nº 1.904, de 5 de junho de 2007, que institui o zoneamento ecológico-econômico do Estado do Acre. bit.ly/42rS4Na. CA

Projeto de Lei nº 225 de 2020 - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável do Estado do Acre. bit.ly/3Y000XG. ©

Decreto nº 4.951, de 07 de dezembro de 2012 - Autoriza o arrendamento e a emissão de Cotas de Reserva Ambiental, relativamente às áreas sob regime de servidão ambiental pertencentes ao Estado do Acre, para fins de compensação de passivo ambiental de imóveis rurais e dá outras providências. bit.ly/4kzxMZz. 

Decreto nº 5.675, de 14 de dezembro de 2016 - Institui Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura do Acre - Plano ABC/AC. 

Decreto nº 9.025, de 04 de junho de 2018 - Regulamenta a Lei nº 3.349, de 18 de dezembro de 2017, que instituiu o Programa de Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais no âmbito do Estado do Acre - PRA-Acre, e dá outras providências. bit.ly/3lhCw3G. 

Decreto nº 9.670, de 24 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a reposição florestal no Estado do Acre. bit.ly/3Qymxnt. 

Resolução Cemact nº 03, de 27 de junho de 2008 - Define os procedimentos técnicos e administrativos referentes aos processos de licenciamento ambiental para uso do solo com culturas agrícolas potencialmente impactantes no Estado do Acre. bit.ly/4h4ZTxv. 

Resolução Conjunta Cemact/CFE/CEDRFS nº 01, de 18 de maio de 2018 - Aprova a Matriz de Recomposição Florestal e a Lista de Espécies Indicadas para a Recomposição Florestal. 

Resolução Cemaf nº 2, de 18 de agosto de 2022 - Define os procedimentos técnicos e administrativos referentes ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras ou mitigadoras de impacto ambiental, no estado do Acre, em que haja o uso alternativo do solo para atividade agropecuária, plantio agrícola e criações pecuárias (bovinos e bubalinos) para fins comerciais. bit.ly/3NXAKsl. 

Amapá

Constituição do Estado do Amapá, de 20 de dezembro de 1991. bit.ly/43UHH09. 

Lei nº 686, de 7 de junho de 2002 - Dispõe sobre a Política de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado do Amapá e dá outras providências. bit.ly/41A18k6.  

Lei nº 702, de 28 de junho de 2002 - Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação do Estado do Amapá e dá outras providências. bit.ly/3QD58Kf.  

Lei nº 3.128, de 22 de outubro de 2024 - Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação e Incentivos aos Serviços Ambientais, cria o Sistema Estadual do Clima e Incentivo aos Serviços Ambientais e cria o Comitê Técnico-Científico. bit.ly/4j5rBfe.  

Lei nº 2.964, de 14 de dezembro de 2023 - Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e dá outras providências. bit.ly/4iBKDt0. 

Lei nº 169, de 09 de janeiro de 2025 - Institui o Código de Governança Socioambiental, Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Mudança do Clima do Estado do Amapá, e dá outras providências. bit.ly/4iFvgZB.  

Decreto nº 2.697, de 10 de outubro de 2006 - Aprova o Regulamento do Capítulo III da Lei nº 869, de 31 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a defesa inspeção e fiscalização sanitária vegetal, animal e de produtos e subprodutos, inclusive os artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, cria o Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos e Subprodutos de Origem Animal e Vegetal – SIE no âmbito do Estado e dá outras providências. 

Decreto nº 3.325, de 17 de junho de 2013 - Regulamenta a exploração de florestas nativas e formações sucessoras de domínio público e privado, inclusive em reserva florestal legal no Estado do Amapá e dá outras providências. bit.ly/41zjaTo.  

Decreto nº 1.665, de 13 de maio de 2021 - Institui no âmbito do estado do Amapá o Programa de Regularização Ambiental - PRA e regulamenta o Cadastro Ambiental Rural - CAR no estado do Amapá e adota demais providências. bit.ly/3Gc1XIE. 

Portaria nº 174, de 10 de maio de 2022 - Constitui o Grupo Gestor Estadual – GGE do Plano de Baixa Emissão de Carbono (ABC+), no estado do Amapá. bit.ly/4hR8wfz. 

Resolução Coema nº 62, de 02 de maio de 2024 - Dispõe sobre os procedimentos, critérios e competências de licenciamento ambiental e define os empreendimentos e/ou atividades potencialmente causadores de degradação ambiental e dá outras providências. bit.ly/4iIMvHO. 

Amazonas

Constituição do Estado do Amazonas, de 5 de outubro de 1989. bit.ly/4j54QZI. 

Lei nº 1.532, de 06 de julho de 1982 - Disciplina a Política Estadual da Prevenção e Controle da Poluição, Melhoria e Recuperação do Meio Ambiente e de Proteção aos Recursos Naturais, e dá outras providências. bit.ly/4c6ZrOL.  

Lei nº 3.097, de 27 de novembro de 2006 - Reestrutura o Sistema de Defesa Sanitária Vegetal no Estado do Amazonas e dá outras providências. bit.ly/43tqUrr. 

Lei nº 53, de 5 de junho de 2007 - Regulamenta o inciso V do artigo 230 e o § 1º do artigo 231 da Constituição Estadual, institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, dispendo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências. bit.ly/4h1kt1K. 

Lei nº 3.135, de 5 de junho de 2007 - Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências. bit.ly/3EU1cIA.  

Lei nº 3.167, de 27 de agosto de 2007 - Reformula as normas disciplinadoras da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e estabelece outras providências. bit.ly/3XjMU44.  

Lei nº 3.785, de 24 de julho de 2012 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental no Estado do Amazonas, revoga a Lei nº 3.219, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências. bit.ly/3Ckmo3a. 

Lei nº 3.789 de 27 de julho de 2012 - Dispõe sobre a reposição florestal no Estado do Amazonas e dá outras providências. bit.ly/3XjMZEU. CA

Lei nº 4.266, de 1º de dezembro de 2015 - Institui a Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais e o Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais, cria o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Serviços Ambientais, altera as Leis Estaduais nº 3.135/2007 e 3.184/2007, e dá outras providências. bit.ly/4jifhs1. I F

Lei nº 4.406, de 28 de dezembro de 2016 - Estabelece a Política Estadual de Regularização Ambiental, dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR-AM, o Programa de Regularização ambiental - PRA, no Estado do Amazonas. bit.ly/4iilTpP. C

Lei nº 4.415, de 29 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre a gestão de florestas situadas em áreas de domínio do Estado para produção sustentável, institui na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema a Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Florestal - SEAGF, cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal - FEDF e dá outras providências. bit.ly/3EX6Ymx. C F

Lei nº 4.581, de 11 de abril de 2018 - Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, e dá outras providências. bit.ly/3EWhxGB. RP

Lei nº 7.199, de 28 de novembro de 2024 - Estabelece diretrizes para o Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudas. bit.ly/447A3WP. ACR

Decreto nº 32.986, de 30 de novembro de 2012 - Regulamenta a Lei nº 3.789/2012, que dispõe sobre a Reposição Florestal no Estado do Amazonas. bit.ly/3ZyybTW. CA

Decreto nº 36.108, de 06 de agosto de 2015 - Regulamenta a Lei nº 3.097, de 27 de novembro de 2006, que reestrutura o Sistema de Defesa Sanitária Vegetal no Estado do Amazonas e dá outras providências. bit.ly/3EgHNv8. ACR

Decreto nº 42.370, de 5 de junho de 2020 - Regulamenta a Lei nº 4.406, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Programa de Regularização Ambiental do Estado do Amazonas - PRA-AM. bit.ly/3xLzzUe. C

Decreto nº 44.968, de 9 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a Política Estadual de Serviços Ambientais, o Programa Bolsa Floresta, e dá outras providências. bit.ly/4jfNEQ2. ⓘ

Decreto nº 51.353, de 13 de março de 2025 - Estabelece a Estratégia Estadual de Bioeconomia e Desenvolvimento Sustentável para a sistematização e implementação do Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas, institui o Comitê Gestor Interinstitucional da Estratégia Estadual de Bioeconomia do Amazonas, e dá outras providências. bit.ly/4c1qURT. ⓘ RP

Decreto nº 51.354, de 13 de março de 2025 - Dispõe sobre o processo administrativo para apuração das infrações ambientais e imposição de sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. bit.ly/4hPSnHs. ⓘ

Decreto nº 51.355, de 13 de março de 2025 - Regulamenta, no âmbito do Estado do Amazonas, as infrações administrativas, penalidades e medidas cautelares aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. bit.ly/4hVO3qg. ⓘ

Portaria IPAAM nº 145, de 17 de dezembro de 2018 - Disciplina os procedimentos técnicos e administrativos técnicos da análise e validação do administrativo de regularização do Cadastro Ambiental Rural - CAR no Estado do Amazonas, que dispõe sobre o processo administrativo de Regularização de Áreas de Preservação Permanente - APP, Reserva Legal e de Uso Restrito, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental do Estado do Amazonas e dá outras providências. bit.ly/4fflosR. ⓘ C

Portaria IPAAM nº 88, de 11 de maio de 2020 - Dispõe sobre a dispensa de licenciamento ambiental para agropecuária, consideradas com potencial poluidor/degradador reduzido no Estado do Amazonas. bit.ly/3EY9IjL. ⓘ RP

Resolução/CEMAAM nº 44, de 22 de novembro de 2024 - Regulamenta os procedimentos para destinação e acompanhamento da aplicação dos recursos provenientes dos créditos de reposição florestal recolhidos ao Fundo Estadual de Meio Ambiente - FEMA. bit.ly/3XgJUph. ⓘ CA ⓘ F

Mato Grosso

Constituição do Estado do Mato Grosso, de 05 de outubro de 1989. bit.ly/3EjyA5k. 

Lei nº 38, de 21 de novembro de 1995 - Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. bit.ly/4kiOY6b.  

Lei nº 233, de 21 de dezembro de 2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Mato Grosso e dá outras providências. bit.ly/4kjRSaX.   

Lei nº 343, de 24 de dezembro de 2008 (revogada pela Lei nº 592, de 26 de maio de 2017) - Cria o Programa Mato-grossense de Regularização Ambiental Rural (MT LEGAL), disciplina as etapas do Processo de Licenciamento Ambiental de Imóveis Rurais e dá outras providências. bit.ly/4mCtany. 

Lei nº 9.415, de 21 de julho de 2010 - Dispõe sobre a Fiscalização do Comércio Estadual de Sementes e Mudanças e dá outras providências. bit.ly/41ChIhU. 

Lei nº 9.502, de 14 de janeiro de 2011 - Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, e dá outras providências. bit.ly/3Dbqf35. 

Lei nº 9.878, de 7 de janeiro de 2013 - Cria o Sistema Estadual de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação, Manejo Florestal Sustentável e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal - REDD+ no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. bit.ly/3EXblbP. 

Lei nº 592, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural -CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. bit.ly/3NXnNiw. 

Lei nº 11.088, de 9 de março de 2020 - Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. bit.ly/3Fr4H3C.  

Lei nº 12.548, de 12 de junho de 2024 - Cria o Fundo de Apoio às Florestas, denominado Fundo Amigos da Floresta - 3F (Forest Friends Fund) e institui o Selo 3F - Amigos da Floresta e dá outras providências. bit.ly/41Ak6aj. 

Decreto nº 6.958 de 29 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Gestão Florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. bit.ly/3QEugAi.  

Decreto nº 2.549, de 08 de outubro de 2014 - Dispõe sobre a desvinculação de florestas plantadas, vinculadas à reposição florestal, e dá outras providências. bit.ly/4hUDWCR. 

Decreto nº 1.491, de 15 de maio de 2018 - Regulamenta a Lei Complementar nº 592, de 26 de maio de 2017, no tocante as formas de regularização ambiental nos imóveis rurais e altera dispositivos do Decreto nº 1031 de 02 de Junho de 2017. bit.ly/3IfBtRW. 

Decreto nº 1.160, de 25 de outubro de 2021 - Cria o Programa “CARBONO NEUTRO MT”; dispõe sobre a adesão do Estado de Mato Grosso à campanha “Race to Zero”, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; fixa metas voluntárias de redução do desmatamento ilegal no Estado; institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais no Estado de Mato Grosso - PPCDIF/MT 4ª fase (2021 - 2024), e dá outras providências. bit.ly/4iPIRUUp. 

Decreto nº 1.313, de 11 de março de 2022 - Regulamenta a Gestão Florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. bit.ly/3JVQI5m.  

Decreto nº 1.436 de 18 de julho de 2022 - Dispõe sobre o processo administrativo estadual de apuração das infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, regulamenta o Programa de Conversão de Multas Ambientais e dá outras providências. bit.ly/4iFvqHK. 

Decreto nº 1.289, de 16 de janeiro de 2025 - Altera e acrescenta dispositivos do Decreto nº 1.436/2022, que dispõe sobre o processo administrativo estadual de apuração das infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, regulamenta o Programa de Conversão de Multas Ambientais e dá outras providências. bit.ly/4hMr8O2. 

Instrução Normativa nº 04, de 21 de junho de 2023 - Disciplina a inscrição dos Imóveis Rurais na base de dados do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural - SIMCAR. bit.ly/4iVhpWq. 

Portaria Sema nº 03, de 01 de janeiro de 2006 - Institui o Termo de Responsabilidade de Manutenção de Floresta Manejada e o Termo de Vinculação de Reposição Florestal. 

Portaria Sema nº 29, de 28 de março de 2006 - Dispõe sobre a contabilização como crédito de reposição florestal do reflorestamento com espécies frutíferas, nativas e exóticas madeiráveis que especifica. 

Portaria Sema nº 99, de 20 de agosto de 2007 - Relaciona os documentos necessários para instruir os projetos de Licenciamento Ambiental Único, Plano de Exploração Florestal, Plano de Manejo Florestal Sustentado de Uso Múltiplo, Averbação de Reserva Legal de Propriedades Intactas, Projeto de Plantio Florestal, Levantamento Circunstanciado e Plano de Corte”. 

Resolução MT FLORESTA nº 02, de 5 de março de 2008 - Institui diretrizes e normas para a aplicação dos recursos do MT-FLORESTA para Fomento Florestal para comprovação dos Créditos de Reposição Florestal.  

Pará

Constituição do Estado do Pará, de 5 de outubro de 1989. bit.ly/3E4OaSy. 

Lei nº 5.887, de 09 de maio de 1995 - Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. bit.ly/43Jx4Uk.  

Lei nº 6.381, de 25 de julho de 2001 - Estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH). bit.ly/3YqkEOe. 

Lei nº 6.462, de 04 de julho de 2002 - Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação e dá outras providências. bit.ly/4kK5xIx.  

Lei nº 6.963, de 16 de abril de 2007 - Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR - Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal - FUNDEFLO, e dá outras providências. bit.ly/42pDTbp.  

Lei nº 7.392, de 07 de abril de 2010 - Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. bit.ly/43BfvfK. 

Lei nº 9.048, de 29 de abril de 2020 - Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA), e dá outras providências. bit.ly/3FFDHgr. 

Lei nº 9.781, de 27 de dezembro de 2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020, que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA). bit.ly/41OPQr8. 

Lei nº 10.259, de 11 de dezembro de 2023 - Institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará. bit.ly/4hCLbhE. 

Lei nº 10.306, de 22 de dezembro de 2023 - Institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza; dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC); altera a Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012; e revoga os arts. 83 e 84 da Lei Estadual nº 5.887, 9 de maio de 1995. bit.ly/3FuzTyE. 

Lei nº 10.750, de 31 de outubro de 2024 - Institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). bit.ly/4cjh7qv. 

Lei nº 10.753, de 05 de novembro de 2024 - Altera a Lei Estadual nº 10.259, de 11 de dezembro de 2023, que institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará. bit.ly/3XTQQsD. 

Decreto nº 857, de 30 de janeiro de 2004 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição do Estado do Pará, das atividades que discrimina. bit.ly/4bP9k3b. 

Decreto nº 2.593, de 27 de novembro de 2006 - Altera o Decreto nº 857, de 30 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição no Estado do Pará, das atividades que discrimina. bit.ly/4hlydF4. 

Decreto nº 174, de 16 de maio de 2007 - Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências. bit.ly/3R5VL5Q. 

Decreto nº 2.099, de 25 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências. bit.ly/4bUje3B. ©

Decreto nº 216, de 22 de setembro de 2011 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de reserva legal e área de preservação permanente nos imóveis rurais no Estado do Pará. bit.ly/4j0yfn5. RP

Decreto nº 1.379, de 3 de setembro de 2015 - Cria o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado do Pará - PRA/PA e dá outras providências. bit.ly/4enikw5. ©

Decreto nº 2.190, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a compensação de Reserva Legal em regime de servidão no Estado do Pará e dá outras providências. bit.ly/4ikUT8S. ©

Decreto nº 1.943, de 21 de outubro de 2021 - Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia (GTEEB) e dá outras providências. bit.ly/4lrbcnl. RP

Decreto nº 2.745, de 9 de novembro de 2022 - Dispõe sobre o Programa Regulariza Pará. bit.ly/3NXyEJi. ©

Decreto nº 2.744, de 09 de novembro de 2022 - Dispõe sobre o Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS), altera o Decreto nº 941, de 03 de agosto de 2020, e revoga o Decreto Estadual nº 344, de 10 de outubro de 2019. bit.ly/3XTdO38. ⓘ

Decreto 2.746, de 09 de novembro de 2022 - Institui o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio) e cria o Comitê Executivo do Plano. bit.ly/4i9gxwE. RP

Decreto nº 2.750, de 10 de novembro de 2022 - Dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN) e cria o Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (GT-PRVN). bit.ly/4kQHmYS. RVN

Decreto nº 3.552, de 30 de novembro de 2023 - Institui o Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA). bit.ly/4iqSMB5. RVN

Decreto nº 3.600, de 19 de dezembro de 2023 - Regulamenta o processo de conversão de multa simples ambiental em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, previsto no art. 11 e no inciso IV do art. 44 da Lei Estadual nº 9.575, de 11 de maio de 2022. bit.ly/42370SS. I

Decreto nº 4.318, de 11 de novembro de 2024 - Cria a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa Triunfo do Xingu (URTX), no município de Altamira, no Estado do Pará. bit.ly/4237wAi. C

Instrução Normativa Sema nº 16, de 7 de agosto de 2008 - Disciplina a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA de imóveis rurais com área não superior a 04 (quatro) módulos fiscais no Estado do Pará e dá outras providências. bit.ly/3Fw32tu. C

Instrução Normativa Sema nº 37, de 2 de fevereiro de 2010 - Disciplina a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA de imóveis rurais com área não superior a 300 (trezentos) ha no Estado do Pará e dá outras providências. bit.ly/3DH1PPq. C

Instrução Normativa Sema nº 01, de 8 de outubro de 2020 - Estabelece os procedimentos e critérios para adesão ao Programa de Regularização Ambiental do Pará - PRA no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas e dá outras providências. bit.ly/3xLrmzv. C

Portaria Sema nº 890, de 20 de maio de 2011 - Regulamenta o procedimento de licenciamento nos processos cujo objeto seja licença de atividade rural para reflorestamento, plantios de culturas industriais de ciclo-longo, frutíferas de porte arbóreo e sistemas agroflorestais. bit.ly/43JSrFl. RP

Portaria SEDAP nº 237, de 13 de dezembro de 2022 - Reestrutura o Comitê Gestor Estadual - CGE do Plano de Agricultura de Baixo Carbono, Plano ABC, no Estado do Pará. bit.ly/4irkEFu. RP

Instrução Normativa Ideflor-Bio nº 1, de 10 de janeiro de 2018 - Institui o Projeto de Restauração Florestal através de Sistemas Agroflorestais - PROSAF de competência do Ideflor-Bio, para implantação em pequenas propriedades rurais ou posses rurais familiares, para fins de produção e regularização ambiental e aprova os requisitos e procedimentos para adesão de interessados ao projeto. bit.ly/41RgUFY. 

Rondônia

Constituição do Estado de Rondônia, de 28 de setembro de 1989. bit.ly/4ibt8zi. 

Lei nº 547, de 30 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual De Desenvolvimento Ambiental De Rondônia - SEDAR e seus instrumentos estabelecem medidas de proteção e melhoria da qualidade de meio ambiente, define a Política Estadual de Desenvolvimento Ambiental, cria o Fundo Especial de Desenvolvimento Ambiental - FEDARO e o Fundo Especial de Reposição Florestal - FEREF. bit.ly/44GyBuZ.  

Lei nº 233, de 06 de junho de 2000 - Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE e dá outras providências. bit.ly/3FBZ3LI. 

Lei nº 1.144, de 12 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza de Rondônia - SEUC/RO e dá outras providências. bit.ly/4iMfZxF. 

Lei nº 255, de 05 de janeiro de 2002 - Institui a Política, cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/3YqnUZw.  

Lei nº 2.116, 07 de julho de 2009 - Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Rondônia e revoga a Lei nº 887, de 21 de março de 2000. bit.ly/43Dgrd4. 

Lei nº 2.588, de 28 de outubro de 2011 - Cria o Programa Estadual de Agroecologia e Incentivo à Agricultura Orgânica. bit.ly/42rd9bv. 

Lei nº 3.686, de 08 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/428E5Ne. 

Lei nº 873, de 12 de maio de 2016 - Institui a Política Agrícola para Florestas Plantadas do Estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/4i66Obn. 

Lei nº 4.437, de 17 de dezembro de 2018 - Institui a Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais - PGSA e cria o Sistema Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais - SGSA, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/4je74VE.   

Lei nº 1.193, de 22 de junho de 2023 - Implanta o Programa Permanente de Regularização Ambiental - PPRA, com o objetivo de promover a regularização ambiental dos imóveis rurais com passivos ambientais relativos às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito. bit.ly/4hOFOvU. 

Decreto nº 10.114, de 20 de setembro de 2002 - Regulamenta a Lei Complementar nº 255, de 25 de janeiro de 2002, que “Institui a Política, cria o Sistema de Gerenciamento e o Fundo de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia, e dá outras providências”. bit.ly/3XUjSZI. 

Decreto nº 14.133, de 18 de março de 2009 - Institui o Programa de Recuperação de Mata Ciliar do Estado de Rondônia, e dá outras providências. bit.ly/3GEEleW. 

Decreto nº 14.653, de 27 de outubro de 2009 - Aprova o regulamento da Lei nº 2116, de 07/07/2009, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/4jcmE47. 

Decreto nº 15.933, de 19 de maio de 2011 - Dispõe sobre a silvicultura econômica com espécies nativas ou exóticas no Estado de Rondônia, e dá outras providências. bit.ly/3FxqQgm. 

Decreto nº 19.895, de 17 de junho de 2015 - Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. bit.ly/3YNWmh7. 

Decreto nº 20.627, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/3rDI4zw. 

Instrução Normativa Sedam nº 01, de 30 de maio de 2011 - Normatiza a atividade de silvicultura econômica com espécies nativas ou exóticas no estado de Rondônia, e dá outras providências. bit.ly/4btJPo4. 

Portaria Sedam nº 113, de 13 de outubro de 2009 - Dispõe sobre Projeto Técnico para Recuperação e Restauração das Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente das propriedades/Posses rurais. 

Portaria Sedam nº 114, de 29 de maio de 2013 - Cria o Cadastro Estadual de Projetos Ambientais - CEPA e estabelece dinâmica para apresentação de Projetos no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam. bit.ly/3YMhq7z. 

Portaria GAB/Sedam nº 72 de 29 de abril de 2014 - Estabelece procedimento para conversão de multas simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, e dá outras providências. bit.ly/4iFtCOY. 

Portaria Sedam nº 305, de 28 de agosto de 2018 - Dispõe sobre o processo administrativo de regularização das áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental do estado de Rondônia e dá outras providências. bit.ly/48HDNP2. 

Portaria Sedam nº 271, de 9 de junho de 2022 - Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de Rondônia. bit.ly/4iO5d9P. 

Roraima

Constituição do Estado de Roraima, de 31 de dezembro de 1991. bit.ly/4IRF5NY. 

Lei nº 07, de 26 de agosto de 1994 - Institui o Código de Proteção ao Meio Ambiente para a Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e uso adequado dos Recursos Naturais do Estado de Roraima. bit.ly/3Fu78ll.  

Lei nº 547, de 23 de junho de 2006 - Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. bit.ly/41o3Vvg. 

Lei nº 570, de 01 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Roraima e dá outras providências. bit.ly/3FRmEs4. 

Lei nº 149, de 16 de outubro de 2009 - Cria o Programa Roraimense de Regularização Ambiental Rural - RR SUSTENTÁVEL, disciplina as etapas do Processo de Licenciamento Ambiental de Imóveis Rurais e dá outras providências. bit.ly/3FtqlhP. 

Lei nº 706, de 30 de março de 2009 - Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima - IDEFER, do Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima - FUNDEFER e dá outras providências. bit.ly/42x8qpf. 

Lei nº 986, de 22 de janeiro de 2015 - Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS nas florestas nativas e formações sucessoras no Estado de Roraima, e dá outras providências. bit.ly/3Fx9uQL. 

Lei nº 1.304, de 07 de março de 2019 - Dispõe sobre a reposição florestal no estado de Roraima e dá outras providências. bit.ly/3DIfgyq. 

Lei nº 2.006, de 02 de julho de 2024 - Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Roraima (PEAPO) e dá outras providências. bit.ly/42KYfw5. 

Projeto de Lei nº 147 de 2023 - Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), no âmbito do Território do Estado de Roraima e dá outras providências. Aprovado na Sessão Ordinária do dia 11 de março de 2025. bit.ly/4hV3Zsz.  

Decreto nº 29.407-E, de 01 de outubro de 2020 - Aprova o Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na Agricultura - Plano ABC em Roraima. bit.ly/4k23peD. 

Decreto nº 29.710-E, de 9 de dezembro de 2020 - Institui Política Estadual de Impulsão do Desenvolvimento Econômico-Ambiental de Baixas Emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, e dá outras providências. bit.ly/4i4HrXt. 

Instrução Normativa FEMARH n° 01, de 28 de abril de 2014 - Dispõe sobre os procedimentos simplificados para o Licenciamento Especial e a Regularização de Atividades e Empreendimentos realizados em Assentamentos de Reforma Agrária e áreas de até 4 módulos fiscais no estado de Roraima na Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH. bit.ly/4iwNEv3. 

Instrução Normativa FEMARH n° 02, de 03 de março de 2015 - Disciplina no âmbito do estado de Roraima, os procedimentos de emissão e controle das Cotas de Reserva Ambiental - CRA instituídas pelo art. 44, caput, da Lei n° 12.651, de 25 de maio de 2012. bit.ly/32KsWWM. 

Instrução Normativa FEMARH n° 04, de 14 de agosto de 2020 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da Reposição Florestal e o consumo de matéria-prima florestal. bit.ly/4lskrU6. 

Instrução Normativa FEMARH n° 05, de 14 de agosto de 2020 - Regulamenta o procedimento de conversão de multas ambientais estaduais nos moldes do inciso I do artigo 142-A do Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008, e dá outras providências. bit.ly/41tKzFd. 

Portaria FEMARH n° 222, de 23 de março de 2020 - Determina que a Autorização de supressão vegetal, para Uso Alternativo do Solo, em área de floresta, somente será expedida mediante a comprovação do crédito de reposição florestal, junto a FEMARH. 

Resolução Cemact n° 01, de 05 de maio de 2011 - Dispõe sobre a Isenção de Licenciamento Ambiental para atividades agropecuárias desenvolvidas nas pequenas propriedades rurais ou caracterizadas como Agricultura Familiar e seu Cadastramento Ambiental Rural no Estado de Roraima. bit.ly/3SCC72e. 

Instrução Normativa FEMARH n° 11, de 25 de maio de 2022 – Altera a Instrução Normativa n° 05/2022, de 08 de fevereiro de 2022, regulamentando os processos administrativos estaduais para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. bit.ly/4i8Z8UH. 

Resolução Cema n° 1, de 20 de maio 2022 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades efetivas ou potencialmente poluidoras no estado de Roraima, estabelecendo critérios e procedimentos a serem adotados pelos órgãos competentes. bit.ly/3YHHJej. 

AMAZÔNIA 2030

